



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MULHERES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 10h20min do dia 21/10/19, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência da vereadora Cida Falabella e com a presença da vereadora Bella Gonçalves e dos vereadores Maninho Félix e Edmar Branco, reuniu-se a Comissão de Mulheres da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. I - Aprovação da Ata: não tendo recebido impugnação, nos termos regimentais, da Ata da 22ª e da 23ª reuniões ordinárias, realizadas em 30/9 e 7/10/19, respectivamente, a presidenta comunicou sua aprovação. III - Outros Assuntos: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.266/19 - Pedido de informação à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, à Diretoria do Programa de Mediação de Conflito da Subsecretaria da Prevenção a Criminalidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública, à Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência e a Vítimas de Intolerância da Polícia Civil de Minas Gerais, ao gabinete do prefeito do Município de Belo Horizonte, com cópia para a secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, em especial à diretora de Políticas Públicas para as Mulheres, com a finalidade de: “1) À Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais: a) Qual é o efetivo de mulheres da Polícia Militar que acompanham os chamados e ocorrências na região do baixo centro em torno da Rua Guaicurus? b) É procedimento comum transportar, na mesma viatura ou em qualquer outro veículo da segurança pública, a denunciante de um chamado de ocorrência policial com o acusado de praticar a violência ou transgressão? c) Por que apenas policiais masculinos abordam as trabalhadoras do sexo na região do baixo centro, em torno da Rua Guaicurus? 2) À



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Secretaria de Estado de Segurança Pública e a Diretoria do Programa de Mediação de Conflito da Subsecretaria da Prevenção a Criminalidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública: há disposição dessa Secretaria para criar metodologia e processos de formação, juntamente com a Diretoria do Programa de Mediação de Conflito da Subsecretaria da Prevenção à Criminalidade e as trabalhadoras do sexo, com a finalidade instituir uma abordagem que leve em consideração a dignidade das mulheres trabalhadoras da região do baixo centro em torno da Rua Guaicurus, em especial às trabalhadoras do sexo? 3) À Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência e Vítimas de Intolerância: há algum protocolo específico de atendimento às mulheres trabalhadoras do sexo que procuram pelas orientações da DEAM? Qual é a delegacia competente para atender as demandas relativas à violência contra a mulher que não se dão no âmbito doméstico, em especial as mulheres trabalhadoras do sexo? 4) À Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, em especial à Diretora de Políticas Públicas para as Mulheres: como a Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres tem tratado e encaminhado os casos de violência doméstica e familiar reportados pela trabalhadoras do sexo no âmbito de suas relações íntimas de afeto? Há algum óbice no atendimento a essas mulheres na rede de atendimento às mulheres vítimas de violência no Município de Belo Horizonte? Qual é o fluxo de atendimento às mulheres trabalhadoras do sexo pela Rede de Enfrentamento à violência no Município de Belo Horizonte?” Autoria: vereadoras Bella Gonçalves, Cida Falabella e Nely Aquino e vereador Edmar Branco. Discutiu o requerimento de comissão a vereadora Bella Gonçalves. Aprovado por unanimidade. O destinatário mencionado no item 3 refere-se à Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, ao Idoso, à Pessoa com Deficiência e Vítimas de Intolerância da Polícia Civil de Minas Gerais. 2) Requerimento de Comissão nº 1.267/19 - Solicitação de “criação de grupo de trabalho para elaboração de uma cartilha



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informativa dos direitos, equipamentos e movimentos da sociedade civil que atuam na perspectiva de fortalecimento das mulheres belo-horizontinas”. Autoria: vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella e vereadores Edmar Branco e Maninho Félix. Discutiram o requerimento de comissão a vereadora Cida Falabella e o vereador Edmar Branco. Aprovado por unanimidade. Foi eleito relator do grupo de trabalho o vereador Edmar Branco, e foi definido que a primeira reunião do grupo de trabalho será no dia 29/10/19, às 9 horas. 3) Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1.037/19, de autoria das vereadoras Bella Gonçalves e Marilda Portella e do vereador Edmar Branco. Resposta: Ofício Gabinete SMDSC nº 473/19. Remetente do ofício: Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, Maria Gláucia Costa Brandão. A presidenta deu ciência do ofício à comissão. 4) Ofício Dirleg nº 4.185/19, encaminhado pela Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, convidando a Comissão de Mulheres para as audiências públicas que irão discutir o Projeto de Lei de Orçamento Anual - LOA/2020 - e as alterações propostas na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG/2018-2021, que se realizarão em 10/10/19 e 11/10/19, às 19 horas, no Plenário Helvécio Arantes. A presidenta deu ciência do ofício à comissão. 5) Em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 1226/2019, as audiências públicas serão realizadas de forma unificada, no dia 11/10/2019, às 19 horas, no Plenário Helvécio Arantes. A presidenta deu ciência desse agendamento à comissão. A presidenta convidou a compor a mesa a representante do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, Santuza. Essa representante informou que vieram a esta comissão na semana passada, mas não houve quórum para abertura dos trabalhos. Disse que o objetivo de sua vinda seria protocolar nota de repúdio ao Projeto de Lei denominado “Escola sem Partido”. Complementou que retornaram à CMBH naquele mesmo dia, na parte da tarde, mas não conseguiram acesso ao prédio, pois ele estava fechado e cercado por seguranças e policiais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Complementou que conseguiram efetuar com a presidência, através das grades que cercavam o prédio, o protocolo da nota de repúdio ao mencionado projeto. Leu a nota de repúdio ao Projeto de Lei nº 274/17. A presidente agradeceu a presença da Santuza e defendeu o debate de ideias, mas criticou a polarização e a falta de diálogo. O vereador Edmar Branco disse que o Projeto da Escola Sem Partido é ruim e não contribui para a educação no Município de Belo Horizonte. A vereadora Bella Gonçalves pediu desculpas pelo fato de a reunião da comissão não ter tido quórum na última segunda-feira, 14/10/19. Disse lamentar que a CMBH tenha sido fechada para a discussão de um projeto tão controverso como o da Escola sem Partido. O vereador Maninho Félix ponderou que a limitação do acesso à CMBH se deu em decorrência das situações de violência presenciadas no Plenário Amynthas de Barros. Elogiou a forma com que a presidente da CMBH, vereadora Nely Aquino, conduziu esses momentos atípicos. A presidenta repudiou a violência, seja ela proveniente de qualquer lado; e defendeu o restabelecimento do diálogo e do livre acesso à CMBH. Ressaltou que cada movimento social tem sua própria direção e que nenhum vereador tem como se responsabilizar por ações de grupos específicos. Repeliu a tentativa de responsabilizar os vereadores “de esquerda” pelos incidentes ocorridos. Defendeu o estabelecimento de procedimentos para lidar com esse tipo de situação. A vereadora Bella Gonçalves ressaltou que a política é espaço de conflito e que a CMBH deve prever procedimentos de segurança e de garantia da não violência. Disse que a decisão de fechar a CMBH não foi exclusiva da presidente da CMBH, mas de um grupo de vereadores; e que essa decisão foi referendada pela Mesa Diretora. A presidenta franqueou a palavra ao público presente. Marsandra, membro da Comissão Nacional de Luta pela Moradia, denunciou a ocorrência de violência contra mulheres em diversos locais do País, especialmente contra aquelas que atuam como lideranças de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

movimentos sociais. Criticou o uso de barreira eletrônica nos acessos à CMBH e disse que essa limitação de acesso é incompatível com uma casa do povo. A vereadora Bella Gonçalves comentou o aumento dos casos de violência contra lideranças de movimentos sociais. Criticou a tentativa de criminalização dos movimentos sociais. Disse que vai acolher a proposta de realização de uma audiência pública para discutir o tema e que vai levar essa proposta para apreciação dos pares, em momento oportuno. Nada mais havendo a ser tratado, a presidenta declarou encerrados os trabalhos às 11h5min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pela presidenta desta reunião.

ATA APROVADA

(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)

distribuída em avulso, no dia 07/11/19, não foi apresentada impugnação no prazo regimental.

11/11/19

Presidenta/Presidente